



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento tem como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A garantia da segurança nos ambientes públicos constitui elemento essencial para a adequada prestação dos serviços estatais, especialmente aqueles considerados essenciais, como os serviços de saúde, mas também abrangendo as diversas áreas de atuação da Administração Pública. Nesse sentido, cabe ao Poder Público assegurar não apenas a continuidade dos serviços, mas também condições adequadas de funcionamento, que envolvem organização, controle de acesso, integridade patrimonial e proteção das pessoas que utilizam ou atuam nesses espaços.

A atuação administrativa deve observar os preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, sobretudo os princípios previstos no art. 37, caput, com destaque para a eficiência, que impõe ao gestor público o dever de adotar medidas capazes de assegurar a prestação de serviços com qualidade, segurança e regularidade. Soma-se a isso a necessidade de preservação da dignidade da pessoa humana e da integridade física dos cidadãos, fundamentos que reforçam a obrigação de manutenção de ambientes públicos seguros e organizados.

No mesmo sentido, a Lei nº 14.133/2021 estabelece que as soluções adotadas pela Administração devem estar alinhadas ao interesse público, mediante planejamento adequado, mitigação de riscos e busca pela melhor aplicação dos recursos públicos. Assim, a adoção de mecanismos de segurança institucional se apresenta como medida indispensável para prevenir ocorrências que possam comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços ofertados.

No âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, em especial no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, verifica-se a existência de demandas contínuas e sensíveis, decorrentes do atendimento ininterrupto à população, frequentemente em situações de urgência, emergência e vulnerabilidade social. O elevado fluxo de pessoas, aliado à natureza dos atendimentos, amplia significativamente a exposição a riscos como tumultos, conflitos, acessos indevidos, furtos e danos ao patrimônio público, situações que podem comprometer tanto a segurança dos usuários quanto o desempenho dos profissionais de saúde.

Entretanto, a necessidade de segurança não se limita ao ambiente hospitalar. As demais Secretarias Municipais também demandam suporte em segurança institucional, especialmente em situações que envolvem grande circulação de pessoas, como atendimentos administrativos, eventos públicos, campanhas educativas, ações sociais, atividades culturais, esportivas e turísticas. Nessas ocasiões, é imprescindível assegurar organização, controle de acesso, orientação ao público e prevenção de incidentes, de modo a garantir o bom andamento das atividades e a integridade dos participantes. Destaca-se, por exemplo, a atuação junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, em eventos e atividades que reúnem grande público, bem como em ações promovidas em espaços públicos; à Secretaria de Administração, em atendimentos diretos à população; e à Secretaria de Assistência Social, em programas e iniciativas voltadas a públicos em situação de vulnerabilidade. Em todos esses contextos, a ausência de medidas adequadas de segurança pode resultar em desorganização, riscos à integridade física, danos ao patrimônio e prejuízos à imagem institucional do Município.

A inexistência de suporte adequado de segurança institucional contribui para a ocorrência de situações que prejudicam o ambiente público, gerando insegurança, desordem e, em casos mais graves, a interrupção ou comprometimento dos serviços prestados. Além disso, há impacto direto na eficiência administrativa, uma vez que servidores passam a desempenhar funções que não integram suas atribuições, como controle de acesso ou mediação de conflitos.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de assegurar condições estruturais e operacionais que promovam a organização dos fluxos internos e externos, o controle de acesso de pessoas e veículos, a prevenção de situações de risco e a proteção do patrimônio público, tanto nas unidades de saúde quanto nas demais estruturas administrativas do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

A adoção de medidas voltadas à segurança institucional proporciona impactos positivos amplos e relevantes, tais como a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a redução de incidentes e conflitos, a preservação dos bens públicos, o aumento da sensação de segurança entre servidores e usuários, e o fortalecimento da eficiência administrativa. Ademais, contribui para a valorização do ambiente de trabalho, reduzindo riscos e promovendo melhores condições para o desempenho das atividades institucionais. Ressalta-se ainda que a atuação preventiva na área de segurança reduz custos indiretos relacionados a danos patrimoniais, interrupções de serviços e eventuais responsabilizações, configurando-se como medida economicamente vantajosa e alinhada às boas práticas de gestão pública.

Dessa forma, a adoção de soluções voltadas à segurança e organização dos ambientes públicos revela-se indispensável para o atendimento do interesse coletivo, assegurando a continuidade, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados no âmbito do Município de Abadia dos Dourados/MG, com reflexos diretos no bem-estar da população e na adequada atuação da Administração Pública.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC), pois não foi elaborado o planejamento de compras para o ano de 2026.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Qualificação técnica

Para a qualificação técnica a licitante vencedora deverá apresentar:

- Comprovação de capacidade técnica do licitante em já ter executado ou estar executando serviços similares aos da presente licitação, através de atestado fornecido por pessoa de direito público ou privado, no qual constem as seguintes informações: objeto, instituição na qual o serviço foi prestado, período e local de execução. Deve constar o número de telefone e nome completo do responsável pelo atestado, para confirmação das informações atestadas, em caso de diligência.
- Comprovação de regularidade da empresa perante a Polícia Federal. (não serão aceitos pedidos de abertura de registro).

3.1.1 Justificativa da exigência de qualificação técnica

A exigência dos documentos relativos à qualificação técnica visa assegurar que a futura contratada possua aptidão operacional, experiência comprovada e regularidade legal necessárias à adequada execução dos serviços de segurança não armada, resguardando o interesse público, a continuidade dos serviços e a segurança das unidades atendidas.

Os serviços objeto da contratação envolvem atividades sensíveis, diretamente relacionadas à proteção patrimonial, ao controle de acesso de pessoas, à prevenção de ocorrências e à preservação da integridade física de servidores, usuários e terceiros, especialmente em ambiente de funcionamento contínuo, como o Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, além de outras unidades administrativas e eventos públicos.

Dessa forma, a comprovação de capacidade técnica por meio de atestado de desempenho anterior mostra-se medida necessária e proporcional, pois permite verificar se a licitante já executou ou executa serviços compatíveis em características, natureza e complexidade com o objeto pretendido. Tal exigência busca reduzir riscos de contratação de empresas sem experiência mínima comprovada, sem estrutura operacional adequada ou sem capacidade gerencial para atender às demandas da Administração.

A exigência de que o atestado contenha identificação do contratante anterior, período, local de execução e responsável emissor objetiva conferir autenticidade, rastreabilidade e possibilidade de diligência, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

Quanto à comprovação de regularidade perante a Polícia Federal, a exigência encontra fundamento na necessidade de verificar que a empresa atua regularmente em atividade relacionada ao setor de segurança privada, em conformidade com a legislação federal pertinente e com os requisitos de fiscalização do órgão competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Embora o objeto trate de segurança não armada, a atuação no segmento exige observância de normas específicas voltadas à idoneidade empresarial, controle estatal e regularidade cadastral, fatores essenciais quando se pretende contratar empresa para atividades ligadas à vigilância patrimonial e proteção de pessoas e bens.

A não aceitação de meros pedidos de abertura de registro justifica-se pelo fato de que protocolos não comprovam situação jurídica consolidada, tampouco demonstram autorização regular ou conformidade efetiva perante o órgão fiscalizador competente, sendo necessária documentação válida e vigente na data da habilitação.

Assim, as exigências previstas revelam-se pertinentes, razoáveis e indispensáveis para garantir que a empresa vencedora detenha experiência compatível, regularidade legal e capacidade técnica suficiente para executar os serviços com segurança, eficiência e responsabilidade, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.2 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

3.3 Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica.

3.4 Da exigência de amostra

Não se aplica.

3.5 Da exigência de carta de solidariedade

Não se aplica.

3.6 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 Da participação na licitação

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);

VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades para a contratação dos serviços de segurança não armada foi elaborada com base nas necessidades operacionais da Administração Municipal, considerando a demanda contínua do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no período noturno, bem como as demandas eventuais das demais Secretarias.

Para fins de dimensionamento, considerou-se a necessidade de cobertura regular da unidade hospitalar, aliada à previsão de atendimentos eventuais, conforme demonstrado a seguir:

a. Memória de cálculo

- Cobertura estimada para o Hospital Municipal:
- → 01 diária por dia (turno de 12 horas)
- → 365 dias ao ano
- → Total: 365 diárias
- Margem operacional (folgas, ajustes e imprevistos): → **35 diárias**
- Demandas eventuais (eventos, campanhas, ações institucionais e demais Secretarias): → **100 diárias**

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

b. Quantitativo total estimado

Descrição	Quantidade
Atendimento contínuo (hospital)	365 diárias
Margem operacional	35 diárias
Demandas eventuais	100 diárias
TOTAL ESTIMADO	500 diárias de 12 horas

c. Justificativa da estimativa

A estimativa apresentada visa garantir a adequada cobertura das necessidades da Administração, contemplando tanto a demanda contínua do ambiente hospitalar quanto as necessidades eventuais das demais unidades administrativas. O quantitativo inclui margem de segurança operacional, a fim de evitar descontinuidade dos serviços e permitir ajustes ao longo da execução contratual, considerando a natureza dinâmica das demandas.

Ressalta-se que o quantitativo estimado não obriga a Administração à contratação integral dos serviços, sendo sua utilização condicionada à efetiva necessidade, conforme emissão de Ordens de Serviço.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

A identificação da solução mais adequada para atendimento das demandas relacionadas à segurança institucional no âmbito da Administração Pública requer a análise das alternativas disponíveis no mercado, considerando aspectos de viabilidade técnica, econômica, operacional e de atendimento ao interesse público.

Nesse contexto, foram analisadas as principais alternativas disponíveis para suprir a necessidade de segurança nos ambientes vinculados à Secretaria Municipal de Saúde — com destaque para o Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia — bem como das demais Secretarias Municipais, considerando as características das atividades desenvolvidas, o fluxo de pessoas e o grau de exposição a riscos.

Inicialmente, destaca-se como alternativa a execução direta dos serviços por servidores do próprio quadro da Administração Pública. Todavia, tal solução mostra-se inviável, uma vez que o Município não dispõe de cargos específicos para o exercício de atividades de vigilância patrimonial e controle de acesso, tampouco de estrutura administrativa apta a absorver tais atribuições. Ademais, a criação de cargos públicos demandaria lei específica, impacto orçamentário permanente e maior rigidez administrativa, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

Outra alternativa considerada refere-se à utilização de sistemas eletrônicos de segurança, como monitoramento por câmeras (CFTV), alarmes e controle automatizado de acesso. Embora tais recursos tecnológicos sejam importantes e complementares, sua utilização isolada não se mostra suficiente para atender plenamente à necessidade identificada, uma vez que não substituem a atuação humana em situações que demandam intervenção imediata, orientação ao público, mediação de conflitos e tomada de decisões em tempo real.

Também foi analisada a possibilidade de contratação de serviços de segurança armada. Contudo, essa alternativa apresenta maior complexidade operacional, custos significativamente mais elevados e exigências legais mais rigorosas, incluindo autorizações específicas e maior nível de especialização, não se mostrando proporcional à natureza das demandas identificadas, que são predominantemente de caráter preventivo, organizacional e de controle de acesso.

Diante dessas considerações, destaca-se como solução mais adequada e viável a contratação de serviços de segurança não armada, amplamente ofertada no mercado por empresas especializadas, devidamente capacitadas e com experiência na prestação de serviços contínuos para órgãos públicos e privados.

A prestação de serviços de segurança não armada apresenta diversas vantagens, dentre as quais se destacam:

- Viabilidade técnica, uma vez que as empresas do ramo dispõem de profissionais treinados para atividades de vigilância, controle de acesso, orientação ao público e prevenção de incidentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Viabilidade operacional, permitindo a adaptação dos serviços às necessidades específicas de cada unidade administrativa, com flexibilidade na alocação de postos e horários;
- Viabilidade econômica, com custos compatíveis com a realidade da Administração Pública, especialmente quando comparados à criação de estrutura própria ou à contratação de segurança armada;
- Celeridade na implementação, possibilitando a pronta disponibilização dos serviços após a formalização contratual;
- Redução de riscos administrativos, mediante a transferência da responsabilidade operacional para empresa especializada, sem prejuízo da fiscalização pela Administração.

Adicionalmente, verifica-se que a contratação de serviços de segurança não armada é prática consolidada na Administração Pública, sendo amplamente utilizada por diversos órgãos e entidades, o que demonstra sua adequação e eficiência como solução para demandas dessa natureza. Ressalta-se que essa solução atende de forma satisfatória tanto às necessidades da área da saúde — especialmente no ambiente hospitalar, onde o controle de acesso, a organização e a prevenção de conflitos são fundamentais — quanto às demandas das demais Secretarias Municipais, em atividades que envolvem atendimento ao público, eventos institucionais e ações externas.

Portanto, com base no levantamento de mercado realizado e na análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação de serviços de segurança não armada se apresenta como a solução mais adequada, viável e vantajosa para a Administração Pública, por reunir condições de atender às necessidades identificadas.

Os serviços de segurança não armada a serem executados no âmbito da Administração Pública caracterizam-se como serviços comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, amplamente disponíveis no mercado, não demandando soluções inovadoras ou personalizações complexas para o atendimento das necessidades institucionais. Trata-se de atividade rotineira, prestada por diversas empresas especializadas, com metodologias consolidadas e amplamente difundidas, o que permite à Administração estabelecer critérios objetivos de julgamento e seleção da proposta mais vantajosa.

Nesse contexto, a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 6º, inciso XLI, define o pregão como a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, podendo adotar como critério de julgamento o menor preço ou o maior desconto. Tal modalidade se mostra plenamente adequada à natureza do objeto em análise, tendo em vista a padronização dos serviços e a ampla competitividade existente no mercado.

Ainda conforme a mesma norma, em seu art. 6º, inciso XLV, o Sistema de Registro de Preços (SRP) é definido como o conjunto de procedimentos destinados ao registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras ou aquisição de bens, para contratações futuras, conforme a necessidade da Administração. Esse sistema se apresenta como importante instrumento de gestão, especialmente em situações nas quais há demanda variável, imprevisível ou parcelada ao longo do tempo.

Diante dessas disposições legais e considerando as características da demanda relacionada aos serviços de segurança não armada — especialmente a necessidade contínua de atendimento no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no período noturno, bem como o suporte eventual às demais Secretarias, eventos institucionais e atividades administrativas do Município — identificam-se duas soluções possíveis para viabilizar a contratação:

A primeira alternativa consiste na realização de Pregão Eletrônico Tradicional, com contratação imediata e definição prévia dos quantitativos estimados para execução durante o período contratual. Essa solução apresenta como principal vantagem a objetividade administrativa, a formalização direta do contrato e a previsibilidade financeira, permitindo à Administração definir previamente os serviços necessários, promover o devido planejamento orçamentário e acompanhar a execução contratual de forma centralizada. Considerando que a principal demanda já se encontra identificada e decorre da necessidade contínua de cobertura no Hospital Municipal, mostra-se solução plenamente viável e adequada ao caso concreto, conferindo maior segurança na gestão contratual e maior clareza quanto às obrigações da futura contratada.

A segunda alternativa refere-se à adoção do Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), modalidade que permite o registro prévio de valores e condições para futuras contratações, conforme a efetiva



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

necessidade da Administração. Trata-se de solução recomendada para cenários de demandas variáveis, futuras ou imprevisíveis, nos quais não seja possível estimar com precisão os quantitativos necessários ao longo da vigência.

Embora ambas as soluções sejam juridicamente admitidas, observa-se que, no presente caso, a necessidade principal da Administração encontra-se previamente delimitada, especialmente quanto à prestação contínua dos serviços junto ao Hospital Municipal, sendo possível mensurar os quantitativos estimados com razoável precisão, inclusive considerando eventual margem para atendimentos complementares das demais Secretarias.

O Pregão Eletrônico Tradicional proporciona maior objetividade na contratação, simplificação da gestão administrativa, execução contratual imediata, controle mais direto dos quantitativos contratados e maior previsibilidade quanto aos custos públicos envolvidos. Além disso, evita a manutenção de ata de registro de preços sem utilização integral e reduz a complexidade operacional inerente ao gerenciamento de contratações futuras.

Dessa forma, considerando a natureza comum dos serviços, a previsibilidade predominante da demanda principal, a necessidade de contratação contínua para atendimento hospitalar e a busca pela eficiência administrativa, verifica-se que tanto o Pregão Eletrônico Tradicional quanto o Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços constituem soluções juridicamente viáveis. Contudo, para a realidade atualmente identificada, o Pregão Eletrônico Tradicional revela-se mais vantajoso e aderente ao interesse público, por assegurar contratação imediata, maior controle da execução, melhor previsibilidade orçamentária e adequada correspondência entre a demanda estimada e a prestação dos serviços.

A seguir é apresentado o quadro comparativo das soluções de contratação:

CRITÉRIO	PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL	PREGÃO ELETRÔNICO VIA SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
Previsão Legal	Previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 6º, XLI)	Previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 6º, XLV)
Forma de Contratação	Contratação imediata com quantitativos definidos	Registro de preços para futuras contratações
Adequação à Demanda Atual	Alta – demanda principal já identificada	Média – mais indicado para demandas incertas
Previsibilidade da Demanda	Adequado para quantitativos estimáveis	Indicado para demandas variáveis
Flexibilidade	Média	Alta
Eficiência Administrativa	Alta – gestão direta e simplificada	Média – exige gestão da ata
Controle Orçamentário	Alto	Médio
Risco de Ociosidade	Baixo – contratação conforme necessidade estimada	Médio – possibilidade de ata subutilizada
Gestão Contratual	Mais simples e objetiva	Mais complexa e continuada
Economicidade	Boa, com contratação objetiva	Boa, quando houver grande variação de demanda
Atendimento ao Hospital	Excelente – demanda contínua e previsível	Adequado
Atendimento Eventual às Secretarias	Possível mediante planejamento estimado	Excelente
Celeridade Inicial	Alta	Média
Planejamento	Definido e objetivo	Flexível

A análise comparativa evidencia que, embora ambas as soluções sejam juridicamente possíveis, o Pregão Eletrônico Tradicional apresenta maior aderência às necessidades atualmente identificadas pela Administração, especialmente em razão da existência de demanda contínua e previsível no Hospital Municipal, aliada à possibilidade de estimativa razoável para atendimentos eventuais das demais Secretarias. Dessa forma, destaca-se por proporcionar maior simplicidade administrativa, previsibilidade financeira, controle contratual e adequada gestão dos recursos públicos, configurando-se como a solução mais vantajosa sob a ótica do interesse público.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O preço estimado máximo da contratação é de contratação é R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais). Este valor estimado da contratação foi obtido mediante Pesquisa de Preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução adotada consiste na prestação de serviços de segurança não armada, a serem executados por empresa especializada, com a finalidade de assegurar a integridade física de servidores, usuários e terceiros, a proteção do patrimônio público e a manutenção da ordem e do adequado funcionamento das unidades administrativas do Município de Abadia dos Dourados/MG, com especial atenção ao Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, sem prejuízo do atendimento às demandas das demais estruturas da Administração. A segurança institucional configura-se como elemento indispensável à continuidade, regularidade e eficiência dos serviços públicos, sobretudo em ambientes que apresentam funcionamento contínuo e fluxo significativo de pessoas, como as unidades de saúde. Nesse contexto, a atuação preventiva, orientativa e organizada dos profissionais de segurança contribui de forma relevante para a mitigação de riscos, a redução de incidentes, a organização dos espaços e o aprimoramento das condições de atendimento à população.

A solução proposta foi estruturada com base no ciclo de vida do objeto, contemplando de forma integrada as etapas de planejamento, contratação, execução, fiscalização e avaliação, com vistas à promoção da eficiência administrativa, da economicidade e da adequada gestão dos recursos públicos.

Na fase de planejamento, procede-se ao levantamento das necessidades permanentes e eventuais relacionadas à segurança institucional, considerando as particularidades de cada unidade administrativa, com especial atenção à demanda contínua existente no Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, em razão de seu funcionamento regular e da necessidade de preservação da ordem, proteção patrimonial e segurança de servidores, usuários e terceiros. Consideram-se, ainda, as demandas acessórias e eventuais das demais Secretarias Municipais, decorrentes de atendimentos ao público, eventos, campanhas e ações institucionais diversas. Diante desse cenário, adota-se solução compatível com a realidade operacional do Município, apta a atender de forma contínua a demanda principal e, quando necessário, as solicitações complementares da Administração.

No que se refere à contratação, a solução mais vantajosa consiste na seleção de empresa especializada, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Tradicional, nos termos da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço global, por se tratar de objeto cuja execução demanda gestão unificada, padronização operacional e responsabilidade centralizada por parte da contratada.

Tal modelagem justifica-se pela natureza comum dos serviços, pela ampla competitividade existente no mercado e pela possibilidade de estimativa prévia dos quantitativos necessários, especialmente em razão da demanda contínua e previsível vinculada ao Hospital Municipal. O critério de menor preço global mostra-se mais adequado por permitir a contratação integrada da solução, evitando fragmentação da execução, divergências operacionais e dificuldades de fiscalização, além de propiciar maior economicidade, racionalização administrativa e melhor controle dos custos envolvidos.

Durante a execução contratual, a empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente qualificados para o desempenho das atividades de segurança não armada, abrangendo, entre outras, o controle de acesso, a vigilância patrimonial, a realização de rondas, a orientação ao público, a prevenção e mediação de conflitos e o apoio às atividades institucionais.

A prestação dos serviços será realizada por meio de diárias de 12 (doze) horas, correspondendo cada unidade à disponibilização de 01 (um) profissional por turno, devendo ocorrer de forma contínua no período noturno nas dependências do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, bem como de forma eventual nas demais unidades administrativas, eventos, campanhas e ações institucionais, conforme necessidade da Administração. A execução deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a continuidade, regularidade e qualidade dos serviços. Caberá à contratada assegurar a imediata substituição de profissionais em caso de faltas ou afastamentos, bem como arcar integralmente com todos os custos operacionais, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, uniformes, equipamentos, transporte, alimentação, hospedagem (quando necessária) e demais insumos indispensáveis à adequada execução contratual.

No tocante à gestão e fiscalização, a Administração realizará o acompanhamento sistemático da execução dos serviços, verificando o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade da prestação, a conduta dos profissionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

e a conformidade com as condições estabelecidas. A fiscalização eficaz permitirá a identificação tempestiva de eventuais falhas, possibilitando a adoção de medidas corretivas e, quando cabível, a aplicação das sanções previstas.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A contratação dos serviços de segurança não armada será realizada em item único, não sendo adotado o parcelamento do objeto, uma vez que a solução pretendida demanda execução integrada, padronizada e sob gestão operacional unificada, não se mostrando técnica nem economicamente recomendável a sua divisão.

Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Todavia, no caso em análise, embora os serviços possam, em tese, ser segmentados por postos, unidades ou demandas específicas, a natureza da contratação exige coordenação centralizada e uniformidade operacional, especialmente quanto à definição de escalas de trabalho, controle de acesso, procedimentos de vigilância patrimonial, rotinas preventivas, comunicação entre equipes e pronta resposta a ocorrências.

A eventual fragmentação do objeto entre múltiplos fornecedores poderia comprometer a padronização dos serviços, ocasionar falhas de comunicação entre profissionais, dificultar a gestão das escalas e das substituições, além de fragilizar o controle operacional e a fiscalização contratual. Tais circunstâncias tenderiam a reduzir a eficiência da prestação dos serviços, sobretudo em ambiente sensível como o Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia, no qual se exige atuação contínua, organizada e articulada, em razão do fluxo de pessoas, da necessidade de proteção patrimonial e da relevância dos serviços públicos ali prestados.

Além disso, a existência de mais de um contratado poderia gerar sobreposição de atribuições ou lacunas de responsabilidade, dificultando a apuração de eventuais falhas, a aplicação de medidas corretivas e a responsabilização pelo descumprimento contratual, bem como ampliar a complexidade administrativa relacionada ao acompanhamento e à fiscalização da execução. Em razão da contratação ocorrer em item único e envolver solução indivisível sob o ponto de vista operacional, adota-se como critério de julgamento o menor preço global, por se mostrar o mecanismo mais adequado para seleção da proposta mais vantajosa. Tal critério permite a comparação objetiva entre as propostas apresentadas, considerando o custo total da execução contratual, além de assegurar que todos os encargos, custos diretos e indiretos, mão de obra, substituições, supervisão, logística e demais despesas necessárias estejam contemplados no valor ofertado. O julgamento pelo menor preço global também favorece maior previsibilidade orçamentária, simplifica a análise das propostas, evita desequilíbrios decorrentes de preços unitários artificialmente reduzidos ou majorados e fortalece o controle da economicidade da contratação, proporcionando maior segurança jurídica e administrativa ao certame.

Sob o aspecto econômico, a contratação em item único possibilita ganhos de escala e maior racionalização dos recursos empregados, permitindo à futura contratada otimizar a alocação de mão de obra, supervisão, logística operacional e estrutura administrativa, fatores que tendem a refletir em proposta mais vantajosa para a Administração, em observância ao princípio da economicidade.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a prestação dos serviços de segurança não armada são:

- Quanto à eficiência, busca-se assegurar a organização e o controle adequado dos ambientes públicos, garantindo o funcionamento regular das unidades administrativas, especialmente no âmbito da saúde. A presença de profissionais de segurança permite resposta rápida a situações de risco, melhor controle de acesso e apoio às rotinas institucionais, contribuindo para a continuidade e qualidade dos serviços públicos.

- No que se refere à eficácia, pretende-se garantir a prevenção de incidentes, a redução de conflitos e a proteção efetiva do patrimônio público e das pessoas, por meio da atuação preventiva, orientativa e organizada dos profissionais de segurança. A presença ostensiva e qualificada desses profissionais contribui para a manutenção da ordem e para a melhoria do ambiente institucional.

- Sob o aspecto da economicidade, a solução adotada visa assegurar a utilização racional dos recursos públicos, evitando custos decorrentes de danos ao patrimônio, interrupções de serviços ou necessidade de medidas emergenciais. Adicionalmente, destacam-se como resultados esperados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

- Melhoria na segurança dos ambientes públicos municipais;
- Redução de ocorrências de furtos, danos e conflitos nas unidades administrativas;
- Aumento da sensação de segurança para servidores, usuários e população em geral;
- Organização dos fluxos de atendimento e controle de acesso nas unidades públicas;
- Preservação do patrimônio público e redução de custos com reparos e reposições;
- Apoio eficiente às atividades institucionais e eventos promovidos pelas Secretarias;
- Fortalecimento da eficiência administrativa e da qualidade dos serviços prestados;
- Melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A celebração do contrato, bem como a sua gestão, execução e fiscalização será amparada na lei 14.133/2021 e nos Decretos Municipais 10.892 de 28 de dezembro de 2023 e Decreto 10.959 de 27 de maio de 2024.

A fiscalização da execução do contrato e dos serviços prestados será realizada por servidor designado pela Portaria nº 01/2026, devendo estes providenciar as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução e gestão, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o mesmo será submetido à aprovação pela autoridade competente e caso aprovado o Termo de Referência será elaborado e será realizada a Licitação por meio de Pregão Eletrônico.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas/interdependentes.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As informações levantadas no Estudo Técnico Preliminar demonstram que a solução proposta é tecnicamente viável, necessária e adequada ao atendimento das demandas da Administração Municipal, especialmente no que se refere à segurança do Hospital Municipal Nossa Senhora da Abadia e ao suporte às demais Secretarias.

Diante disso, conclui-se pela viabilidade da contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança não armada, a ser realizada por meio de Pregão Eletrônico Tradicional, com critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos da Lei nº 14.133/2021. A adoção desse modelo justifica-se pela natureza comum dos serviços, pela possibilidade de estimativa prévia dos quantitativos e pela necessidade de execução contínua e integrada, especialmente no ambiente hospitalar. O critério de menor preço global assegura maior controle dos custos, padronização da execução e seleção da proposta mais vantajosa. Ademais, os serviços de segurança não armada mostram-se solução eficiente e proporcional, contribuindo para a proteção do patrimônio público, a organização dos ambientes e a garantia da integridade física das pessoas, com adequada relação custo-benefício.

Abadia dos Dourados, 05 de março de 2026.

Elaborado por: _____
Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela Portaria nº 01/2026

Aprovado por: _____
Leonardo Martins Alves
Secretário Municipal de Saúde.